



MULHERES, MÃES E MOVIMENTO SEM TETO: O DISCURSO MATERNALISTA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Renato Macedo Filho¹
Fabiane Alves Regino²

Introdução

A análise da participação das mulheres no Movimento Sem Teto foi realizada no contexto dos movimentos sociais, já que estes nos permitem visualizar elementos importantes para a reflexão dessa temática, e que neste trabalho são identificados a partir de uma perspectiva de gênero, ou seja, através das análises das relações de poder que envolvem mulheres e homens no interior dessa organização. A concepção de gênero abordada nesse trabalho é a de construção cultural onde se estabelecem as diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo poder entre mulheres e homens com atribuições específicas para estas/es; ou seja, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, (...) é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, Joan, 1991, p.164).

A perspectiva de gênero aqui adotada foi fundamental para a compreensão das relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens no Movimento Sem Teto e as ações cotidianas dessa esfera, onde também são reproduzidas práticas de uma organização sexual da sociedade, que demarcam as relações de poder socialmente construídas entre os sexos desde o nascimento (características fenotípicas). Esses aspectos são responsáveis pela manutenção no decorrer da vida, de definições ideológicas sobre o que é “ser mulher” e “ser homem” na sociedade patriarcal.

Ao mesmo tempo em que as mulheres no Movimento Sem Teto permanecem representando a esfera do privado, reproduzindo a segregação sexual da sociedade, no exercício exclusivo de práticas do âmbito doméstico no interior do Movimento, sua participação dar-se também, ainda que de forma incipiente, em atividades de liderança e de visibilidade política, ocupando instâncias de poder “tidas” socialmente como “masculinas”. Ou seja, o cotidiano vivenciado pelas mulheres no Movimento Sem Teto pode ser compreendido, entre outras formas, como a participação no *locus público* que pode possibilitar a emancipação e empoderamento dessas mulheres, como será discutido a seguir.

¹ Economista. Mestre em Economia Doméstica. Doutorando em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/UFBA. – natomacedo@yahoo.com.br.

² Economista Doméstica. Mestra em Ciências Sociais/UFBA. Professora Assistente do Depto. de Ciências Domésticas/UFRPE – fabiane@dcd.ufrpe.br; famestrado@yahoo.com.br



Participação das Mulheres no Movimento Sem Teto em Salvador

Um olhar importante sobre a participação das mulheres no Movimento Sem Teto se refere à concepção de participação na perspectiva cidadã³, na medida em que a conquista da moradia para grande parte das mulheres que vivem nas ocupações, torna-se um caminho para a conquista da cidadania. A participação cidadã nos aponta elementos que dão base para as análises da participação das mulheres no Movimento, pois contempla questões como a inserção ativa de pessoas ou grupos sociais diversos no processo de tomada de decisão em instâncias de poder, a atuação racional e coletiva em espaços de diversidade de interesses.

São nesses espaços e/ou instâncias que podemos identificar a presença de sujeitos, que assumem responsabilidades, habilidades e competências diversas, tanto em termos de ação, discussão quanto julgamentos. Ou seja, é nesse contexto que podemos “visibilizar” as mulheres do Movimento Sem Teto, ampliando o olhar para o “lugar” das mesmas nestas instâncias, sejam nos cargos de liderança do Movimento, nas assembleias, nas atividades de manutenção e organização, nos cursos de formação nas ocupações, manifestações, passeatas, resistências, considerando que a cidadania tem o sentido de valorizar a igualdade de direitos, as responsabilidades e os deveres.

Como ressalta Maria do Carmo Carvalho (1998, p. 11), a participação deve estar “centrada na construção social de novos valores democráticos, da legitimidade, da pertinência das demandas da sociedade, da justiça e do direito a ter direito”. Assim, nestas circunstâncias, poderiam influenciar no processo de conquista pela moradia e construção da cidadania por parte das mulheres do Movimento Sem Teto, já que essas mulheres envolvidas nessa luta pró-habitação, podem passar a ter maior possibilidade de tomar decisões, reivindicar e criar alternativas de mudança da condição em que estão freqüentemente submetidas.

A participação das mulheres nessas lutas exigia delas um alinhamento entre as reivindicações e demandas da esfera de reprodução e a busca de abertura de novos espaços para a prática política (SOUZA-LOBO, Elizabeth, 1991; CARVALHO, Inaiá e LANIADO, Ruth, 1990; DOIMO, Ana Maria, 1995; SADER, 1988; GARCIA, 2002; SANTOS, 2007).

Isso não é diferente da participação das mulheres no Movimento Sem Teto, que além de assumirem responsabilidades da esfera da reprodução, que são necessárias para a manutenção da

³ A participação possibilita fortalecer a sociedade civil, mediante atuação organizada das pessoas (indivíduos) e associações, de forma que estas pessoas possam “tomar parte” e “ser parte” do processo ou iniciativa para mudar o sistema, embasado na cidadania ativa, para construir alternativas que possibilite ações mais justas e democráticas. Com isso, afirma que é possível, com a participação, formar “uma nova cultura política, em que se valorize a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos e o enfrentamento de problemas”. Elenaldo Teixeira (2001).



organização das ocupações e das pessoas que ali se encontram, procuram articular essas atividades às ações de caráter político do Movimento.

(...) além de arrumar a casa, limpar tudo e cuidar das crianças, tem dias que eu saio pra pescar. Eu saio 4 horas da manhã, pra trazer dinheiro pra dentro de casa, e quando eu chego já é de tardzinha cansada, aí eu vou pra reunião, mesmo sabendo que eu tô muito cansada, eu tento participar. A minha maior dificuldade de participar das coisas do Movimento é meu trabalho fora daqui. Mas, a gente tem que trabalhar pra ter o que comer, né! (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE – ABRIL DE 2007).

(...) Eu sempre tenho ido, tenho ido nas reuniões, passeatas. Toda vez que tem eu tô lá, tô junto aí nas caminhadas. Falto mais quando to fazendo algo lá em casa (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE – ABRIL DE 2007).

(...) A gente faz o que a gente pode, porque Movimento não dá dinheiro, pelo contrário, você ainda tira do seu bolso. Eu como sou cozinheira, sei fazer de tudo um pouquinho, graças a Deus, nunca me apertei, então qualquer coisa que tem, que me chamam eu vou. Se me chamam para fazer uma faxina, eu vou...se me chamam para cozinhar eu vou, se me chamam pra trabalhar de garçomete, eu vou...eu não quero saber, ganhando o meu dinheiro, eu vou. Mas não posso esquecer que ainda tenho minha função de líder aqui na ocupação (ENTREVISTA COM A COORDENADORA LOCAL – JUNHO DE 2007).

Percebemos que as mulheres no Movimento Sem Teto, buscam participar de reuniões, passeatas, umas de forma mais constante e ativa que outras mulheres, ocupando espaços de poder e lutando pela moradia como forma de conquistar seus direitos e cidadania. Entretanto, essas mulheres não abandonam as tarefas do espaço doméstico para participarem do Movimento, exercem as mesmas de forma concomitante e ainda quando não estão trabalhando na própria “casa” (nas ocupações) nesse tipo de atividade, as realiza na esfera pública como forma de sobrevivência financeira.

Isso além de ser um desafio para a participação feminina nos movimentos sociais pode ser corroborado com o que destaca Ana Alice Alcantara Costa (1998, p. 76), no que se refere à especificidade da atuação pública das mulheres. Para a autora, a maioria das mulheres ao ingressar na esfera pública acaba desenvolvendo atividades análogas às que realizam no âmbito doméstico e ao adentrar-se ao mercado de trabalho, passam a desempenhar atividades que “refletem o trabalho que tradicionalmente realiza no lar, (...) tarefas que em geral, representam uma projeção social do trabalho doméstico”, o próprio trabalho doméstico remunerado (empregadas domésticas).

Assim, a participação ativa das mulheres em diversos movimentos reivindicatórios, constituídos ao redor de exclusões específicas (os/as sem teto, os/as sem terra, negras/os, etc), (PINTO, Celí Regina, 1992), se dá pela imbricação entre as funções da esfera privada à pública.



Motivações das mulheres para participação no Movimento Sem Teto

A partir da pesquisa realizada, percebeu-se que a necessidade material ou a pobreza foram/são os motivos que de certa forma levaram e levam ainda muitas mulheres a inserirem nas ocupações do Movimento Sem Teto na cidade de Salvador. Inicialmente essa inserção se dava por motivos imediatos de sobrevivência, como a conquista da casa ou de um terreno para “sair” do aluguel, devido à falta de emprego ou trabalho que proporcionasse condições de sustento para essas mulheres e seus familiares, impedindo assim a aquisição de moradia própria, como pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

Porque eu morava de aluguel (...) não tinha onde morar e vim morar de aluguel. Certa feita, um pessoal que tinha lá na suburbana, falando dessa ocupação daqui e aí eu disse: me leve lá. E me trouxe e eu vim. Todo dia de manhã eu vinha atrás do seu Zé Bambá. Passava o dia todo aqui, até o dia que ele pôde sair comigo pra me arrumar um pedaço de um terreno pra eu fazer um barraco (...) (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MSTs – SETEMBRO DE 2007 – 63 ANOS).

(...) eu morava de aluguel e já tava devendo muitos meses. Não tinha dinheiro pra pagar. Um dia eu tava indo trabalhar, fazer uma faxina, aí quando eu passei, eu vi a ocupação, aí eu fui e fiz a faxina. Na minha volta, eu saltei aqui, cheguei e conversei com quem tava na linha de frente (...) aí ele mandou que eu viesse no outro dia. Aí eu fiquei de seis e trinta da manhã até seis horas da tarde pra conseguir esse pedaço de terreno (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – MARÇO DE 2008 – 46 ANOS).

Eu morava de favor na casa de uma senhora antes de vim pra ocupação, e aí precisava de um lugar pra morar. Paguei muitos anos de aluguel e espero agora poder conseguir minha casa (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – ABRIL DE 2007 – 34 ANOS).

As falas acima são de mulheres de gerações e origens diferentes, que procuraram as ocupações do Movimento, mas que sofriam com problemas semelhantes imbricados à questão do desemprego e a crise habitacional, como: a falta de moradia, de trabalho formal, as más condições financeiras, a dependência de ajuda de outras pessoas e a falta de comida. Esses problemas são fenômenos sociais oriundos do modelo de desenvolvimento econômico e social excludente do sistema capitalista, caracterizado pela má distribuição de renda e da riqueza, em que os mais pobres são os que mais sofrem os problemas de desajustes urbanos. As mulheres pobres e negras são as primeiras a sentirem o peso de tais desajustes devido à cultura sexista e de discriminação que dividiu e divide sexualmente o acesso a bens necessários a sobrevivência. Essa divisão “destina” aos homens os privilégios da esfera pública (trabalho e renda) e às mulheres, obrigações da esfera privada (cuidado com as/os filhas/os e a responsabilidade pela manutenção da casa).

Todos esses problemas foram entendidos nessa pesquisa como obstáculos à sobrevivência dessas mulheres e seus familiares, já que foram/são excluídas de direitos sociais diversos (trabalho, alimentação, moradia) e serviços públicos necessários para a melhoria da qualidade de vida.



Na análise das falas das mulheres e nas observações do cotidiano das ocupações, foi possível evidenciar mais elementos que contribuem para enfatizar a condição de pobreza (falta de moradia, alimentação deficiente, por exemplo), as desigualdades sociais e econômicas, como propulsoras do processo de exclusão das mulheres. Tal cenário nos mostrou uma continuidade do processo de discriminação das mulheres, excluídas historicamente da construção da cidadania, impedidas de ter acesso de fato aos direitos de cidadãs e da cidadania objetiva, sobretudo no que se refere ao acesso à propriedade e controle de bens na esfera pública.

É nesse contexto que várias mulheres entrevistadas, com perfis diversos, se inseriram no Movimento e passaram a ter oportunidades (não que essas tenham sido as únicas oportunidades) de conhecer sobre a possibilidade de ter direitos. Já que foram através das inserções nas ocupações que muitas mulheres começaram a ter informações sobre o que é um movimento social. Esse tipo de conhecimento foi possível de perceber na medida em que essas mulheres vivenciavam as atividades cotidianas que faziam parte do Movimento, como as reuniões, assembléias, manifestações, etc. Isso pode ser visto nas palavras de uma das coordenadoras sobre o desconhecimento de mulheres e homens, acerca do significado político desse tipo de organização coletiva, mas que no decorrer do trabalho e com o convívio nas ocupações essa concepção inicial se modificou:

Muitas pessoas, a maioria mulheres/mães que chegam aqui nas ocupações são aquelas que moravam de favor, não tinham condições de pagar aluguel sozinhas e sem ter contato com a gente, viram nas ocupações a possibilidade de resolução de seus problemas. Então chegaram chamadas pela ocupação, pelas atividades que aqui ocorriam. Existem pessoas aqui que nunca participaram do Movimento e que nem sabia o que era um Movimento ou o que é um Movimento. Na realidade muitas pessoas chegam aqui com preconceito em relação ao Movimento. Depois mudam com o trabalho que é feito para informar as pessoas sobre o que é Movimento. Então muitas pessoas começaram a conhecer o Movimento a partir do convívio nas ocupações (ENTREVISTA DE UMA COORDENADORA DO MOVIMENTO – MAIO DE 2008).

Esse tipo de inserção (“participação”) motivada a princípio pelas más condições sociais e carências diversas pôde levar às mulheres do Movimento, aumentar as chances de se perceberem e serem vistas como merecedoras de certos níveis de cidadania social⁴, pois de forma coletiva (depois de um tempo inseridos no Movimento), passaram a exigir também dos governos (Estado) o reconhecimento coletivo e a garantia dos direitos sociais de receber “ajuda” e ajudar aos/as outros/as, beneficiando a comunidade como um todo.

⁴ Na concepção de Marshall (1964), a cidadania social é o conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária **de todos os membros** de uma comunidade nos seus padrões básicos de vida e permite que as pessoas compartilhem da herança social e tenham acesso à vida civilizada segundo os padrões prevalecentes na sociedade. Entretanto, o que percebemos a partir de leituras e a própria pesquisa de campo foi que essa participação igualitária é diferente entre homens e mulheres, já que por diversas questões as mulheres foram excluídas da construção da cidadania e isso infere nas conseqüentes desigualdades sociais das mulheres na sociedade capitalista e liberal. Os direitos e obrigações **dos cidadãos** foram construídos a partir de uma concepção do masculino e sob a ótica dos homens e por isso não têm o mesmo significado para as mulheres, que conseqüentemente foram restringidas da conquista das heranças sociais relatadas por Marshall.



Cidadania e Maternalismo

A cidadania foi e vem sendo moldada a partir de uma determinada conjuntura histórica e assumiu um percurso que inicia na *polis* grega à modernidade, agregando diversas perspectivas e novos conteúdos ideológicos, na medida em que acompanham o processo de transformação das sociedades contemporâneas e suas respectivas complexidades. A elaboração de concepções diversas de cidadania vincula-se ao processo de construção de identidade política dos sujeitos sociais, de forma consistente ou contraditória ao modelo socialmente instituído de cidadania.

Na concepção liberal de cidadania, discutida por Mary G. Dietz em o *Contexto é que conta: feminismo e teorias da cidadania*, as necessidades e capacidades dos indivíduos são concebidas como “independentes de qualquer condição social ou política imediata” (DIETZ, 2001, p. 7), dessa forma, os seres humanos são entendidos como “indivíduos racionais, com seu próprio valor intrínseco”. No princípio ético central da tradição liberal ocidental seria dever da própria sociedade garantir a liberdade de todas as pessoas para que estas pudessem realizar suas capacidades, ou seja, a sociedade teria a liberdade de buscar seus próprios bens a sua maneira. Para John Stuart Mill, a sociedade teria essa liberdade, no entanto, não poderia despojar os outros de seus próprios bens e nem impedir os esforços dos outros para obtê-los (MILL apud DIETZ, Mary, 2001, p.7).

Aliada à questão da liberdade, tem-se a igualdade como outra característica intrínseca da concepção liberal de cidadania e princípio fundador dos sistemas políticos universalistas. Entre os diversos autores⁵ que tratam deste princípio, os mesmos convergem no caráter de “que todos os **homens** foram criados **iguais** e merecem a mesma dignidade e respeito” e “a justiça social implica sufrágio igual onde cada pessoa deveria ser levada em conta” (DIETZ, Mary, 2001, p.6-7). Com isso, os indivíduos possuem seus direitos e estes lhes são úteis para protegê-los das infrações ou interferências de outros indivíduos, para que sejam garantidas suas oportunidades, iguais aos demais, já que o cidadão é concebido como um indivíduo dotado de liberdade e é responsável pelo exercício de seus direitos.

Partindo desta concepção, é possível buscar alguns elementos para entender o processo de conquista da cidadania das mulheres do Movimento Sem Teto. Elementos que se contrapõe a própria concepção de cidadania – como cidadãos (cidadãs) livres, capazes de exercer seus direitos em igualdade uns (umas) com outros (as) - entendendo que essa igualdade na prática da ação se constrói de maneira diferente entre homens e mulheres. Ou seja, a contraposição está presente, sobretudo, ao desconsiderar as diversidades de condições em que as mulheres estão inseridas na

⁵ John Locke, Benthan, Green, Spencer, etc. (DIETZ, 2001, p.7).



sociedade contemporânea, reduzindo sua função social apenas à maternidade, desconsiderando tantas outras ações desempenhadas pelas mesmas nas instâncias da vida pública e social.

Essa (in) diferença da sociedade patriarcal em relação às atividades e participação das mulheres na instância pública (seja no mercado de trabalho ou na participação em movimentos sociais), na maioria das vezes às naturalizam como responsáveis pela realização de atividades extensivas da ‘casa’ no espaço público, reproduzindo tarefas realizadas na esfera privada. Isso se deve, entre outros fatores, às formas de reconhecimento por parte da sociedade patriarcal, sobre essas esferas da vida, onde as mulheres são percebidas de maneira “inferiorizada” se comparada aos homens e que por isso, suas ‘funções’ se restringem às atividades domésticas, do cuidado e reprodutivas, seja no privado ou no público. A separação existente entre a esfera pública e privada se apresenta na sociedade patriarcal, diretamente relacionada às diferenças sexuais entre homens e mulheres, marcando nesse sentido a política pelo gênero. Esse tipo de “diferença”, ao mesmo tempo em que submete às mulheres as atividades restritas à esfera do privado, reconhece-nas a partir da maternidade e por sua condição de mãe (COSTA, Ana Alice Alcântara, 1998; CHANEY, Elsa, 1983).

As mulheres, nesse contexto, são frutos dessa maternalização que se constitui enquanto identidade feminina e as identificam a partir da condição de ser mulher e mãe (NARI, Marcela, 2005). A associação do ser mãe com o ser mulher é uma constante social que define a maternidade como função/obrigação feminina, uma representação unívoca e essencialista que confunde o dever e o ser, revelando o efeito da diferença sexual que afeta diretamente as mulheres na sociedade, em contradição a diversidade intrínseca existente em cada uma.

(...) La identificación mujer-madre ha sido transmitida y perpetuada a través de los siglos confirmándose como una dualidad de carácter universal que consideraba contraria a la naturaleza femenina cualquier actividad que despertara en las mujeres intereses y curiosidades no concentrados en el ámbito de la domesticidad (MARCO, Eva Maria Morata, 2004, p. 295).

Dessa maneira, a condição de mãe, como identidade, se apresenta ao mesmo tempo como atividade exclusiva e excludente para as mulheres. Exclusiva por definir-lhes um destino único do cuidado, do amor e da abnegação às mulheres. Excludente, porque as ‘impedem’ de realizar atividades no público e na política, tais como militância, liderança, trabalho assalariado, etc, consideradas incompatíveis com as atividades “tidas” socialmente do âmbito privado (NARI, Marcela, 2005).



Considerações Finais

Percebe-se que a cidadania para além de uma categoria de análise, é na prática da ação política um componente fundamental para que a sociedade se torne ativamente participante, podendo influenciar nos processos de decisões em diferentes instâncias, buscando conquistar interesses comuns através da ampliação da democracia. Nesse sentido, a cidadania tem que ser considerada como um processo dialético em construção e de transformação social, principalmente no campo das relações de gênero, na medida em que os direitos se estendem para os homens e para as mulheres de todas as matizes (ÁVILA, 2001; VARGAS, 2000).

A construção da cidadania para homens e mulheres demanda novas representações das relações de poder, re-significando o sentido da liberdade e da igualdade da cidadania, não mais pela lógica dominante (masculina, patriarcal e liberal), que reduz cidadãos e cidadãs, homens e mulheres a consumidores e proprietários. E sim sob a lógica que considere a diversidade de pessoas, a diversidade das mulheres e as desigualdades existentes entre elas próprias.

Ultrapassar os dilemas da cidadania como o universalismo, particularismo, a indiferença é um desafio, principalmente para as mulheres, que têm que dar conta de exigir uma cidadania que integre à dimensão social das mulheres, no sentido de tornarem-se sujeitos políticos, onde os direitos sociais se transformam em um campo de lutas e negociações: “sua capacidade de ter um papel no espaço público e político por sua participação nas instâncias da democracia representativa e nas associações da democracia participativa faz delas atrizes do Estado Providência em vez de meras clientes” (MARQUES-PEREIRA, Bérengère, 2009, p.39).

Referências

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In. ÁVILA, M.B. (org) **Textos e imagens do feminismo. Mulheres construindo a igualdade.** Recife. SOS Corpo, Gênero e Cidadania. Pág. 15-61, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de. de & LANIADO, Ruthy N. “Movimentos sociais e democracia: novos fatos em busca de uma teorização”. In: **Caderno CRH**, nº 13. Salvador, Fator Editora, jul./dez. 1990.

CARVALHO, M. C. A. A. **Participação Social no Brasil Hoje.** Polis Papers. São Paulo, n.2, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>>. Acesso em: 18/08/2002.



CHANEY, Elsa. **Supermadre. La mujer dentro da política en América Latina.** Fundo de Cultura Económica, México, 1983.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia.** Salvador: NEIM/ALBa, 1998. Cap. I, II e III, pp.: 19-90

DIETZ, Mary. **Cidadania com cara feminista. O problema com o pensamento maternal.** Debate Feminista (nº especial). México. 2001. pp. 55-78.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimento sociais e participação política no Brasil pós 70.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

GARCIA, Antonia. *Movimentos Sociais da cidade d'Oxum*, in: CARVALHO, Ana Maria de [et al.] (org.) **Quem faz Salvador.** Salvador, Edufba, 2002.

MARCO, Eva Maria Morata. La maternidad como objeto de estudio de la Historia Social: debate historiográfico sobre el proceso de profesionalización de los Estados de Bienestar. In: MARICATO, Ermínia. **Habitación e Desenvolvimento Urbano: o Desafio da Próxima Década.** Set. 1999. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafiodecada.pdf>>. Acesso em: 01/10/2009.

MARSHALL, Thomas H. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe e status.** Rio Janeiro: Zahar, 1967.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (et al.). **Dicionário crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NARI, Marcela. **Políticas de maternidad y maternalismo político: Buenos Aires (1890-1940).** Buenos Aires, Biblos, 2005, 319 p.

PINTO, Céli Regina. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992. pp.:127-150

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena - experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-80.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Ademir Sousa. **Reestruturação urbana e movimento popular de luta por moradia: organização e resistência dos moradores à implementação do projeto de requalificação urbana do Dique de Campinas em SSA-BA.** Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação (Mestrado). 248f.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: **Gender and the politics of History.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1991, p. 153-175.



SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. 224p.

VARGAS, Virgínia. **Uma reflexão feminista de la cidadania.** Estudos feministas. Vol. 8, n. 2, 2000. pp. 170-190.